

EUROP ASSISTANCE

Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.

Relatório e Contas do Exercício de 2010

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

- Presidente Giovanni Maria Incisa di Camerana
- Vice-Presidente Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
- Secretário Gian Paolo Incisa di Camerana

Conselho de Administração

- Presidente Pedro Guilherme Beauvillian de Brito e Cunha
- Vice-Presidente Martin Vial
- Vogal José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
- Vogal Manrico Iachia
- Vogal Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga
- Vogal João Carlos Nunes Fervença da Silva
- Vogal Odile Collignon

Conselho Fiscal

- Presidente José Favila Vieira Leite Monteiro
- Vogal João Alberto Monarca Pires
- Vogal Adelaide Odete Santos Botelho Passos
- Suplente Maria de Lourdes Sequeira Fernandes da Silva

_____ ” _____

O Director Administrativo e Financeiro : Frederico Miguel Pinto de Freitas Oom

O Técnico Oficial de Contas : Frederico Miguel Pinto de Freitas Oom

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório de Gestão e as Contas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2010.

1- ENVOLVENTE EXTERNA

Apesar de uma pronunciada desaceleração na parte final do ano, a actividade económica em Portugal apresentou em 2010 um crescimento do PIB de 1,3%, abaixo do crescimento de 1,7% verificado na zona euro. Esta evolução reflecte, principalmente, o expressivo crescimento das exportações decorrente do aumento da procura externa. A taxa de inflação cifrou-se em 1,4%, influenciada pelo aumento da tributação indirecta.

A actividade seguradora, nos Ramos Não Vida, apresentou um ligeiro crescimento da produção de seguro directo de 0,7%, sendo que no Ramo Automóvel, aquele que tem um maior impacto directo na actividade da Europ Assistance, se verificou um crescimento de 0,9%.

O mercado automóvel em Portugal apresentou um significativo crescimento de 33,9%, beneficiando de um efeito de antecipação da procura no final de 2010 devido ao aumento da carga fiscal para 2011 e do facto de a base de partida ser o ano de 2009 em que se verificou o pior registo dos últimos 23 anos.

2- SINTESE DA ACTIVIDADE

Em 2010, a Europ Assistance prosseguiu com a tendência de acentuado crescimento dos últimos dois anos, atingindo um valor de prémios brutos emitidos de 41,5 milhões de euros, ou seja, mais 18,4% relativamente ao exercício anterior e 60,4% se comparado com 2008. Este resultado foi possível graças ao efeito de um ano completo de produção de alguns contratos de dimensão importante, ganhos no ano anterior, e de novos negócios conquistados em 2010.

Apesar do esforço na implementação da estratégia de alargamento de coberturas e diversificação de produtos para linhas de negócios e canais de distribuição com rentabilidades mais atractivas, continua a verificar-se uma concentração excessiva no segmento de assistência automóvel, aquele em que a pressão sobre as margens mais se faz sentir.

Verificou-se um novo agravamento da sinistralidade, observando-se uma subida contínua das taxas de frequência. Foram abertos mais de 800 mil processos de assistência (crescimento de 7%), dos quais cerca de 370 mil com custo externo associado (crescimento de 28%). A nossa central de atendimento telefónico recebeu mais de 2,1 milhões de chamadas, representando um crescimento de 10%.

No 2º semestre de 2010, a estrutura de custos foi impactada pelo aumento de 1% da taxa do IVA, provocando uma pressão adicional sobre a margem técnica da Empresa, que, ainda assim, registou uma melhoria em termos absolutos relativamente ao exercício anterior.

Os mercados financeiros atravessaram períodos de grande turbulência ao longo do ano, com efeito directo no resultado financeiro que registou um significativo decréscimo face a 2009, ano que beneficiou da recuperação que se seguiu à crise de 2008.

A política de investimentos seguida pela Europ Assistance em 2010 pautou-se por grande prudência, com exposição a acções inferior a 10% até perto do final do ano, altura em que se reforçou para cerca de 13%. A posição em títulos de dívida pública e equiparados é de cerca de 25% da carteira total, dos quais apenas 5% em dívida pública portuguesa. A exposição a títulos de dívida corporate manteve-se próxima dos níveis da verificada no ano anterior, tendo-se procurado investir em sociedades com sólidas notações de rating. O peso total de aplicações em entidades portuguesas representava, no final do ano, cerca de 26% da carteira de investimentos.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	2010	2009
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.649.750	649.750
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1.124.701
Activos disponíveis para venda	23.245.047	24.533.511
Empréstimos e contas a receber	1.419.157	6.800.068
	<u>29.313.955</u>	<u>33.108.030</u>

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A. e na Ponte Alta – Consultoria e Assistência (Sociedade Unipessoal), Lda., sociedade que detém as participações em entidades do

Brasil, Argentina e Chile. O aumento verificado nesta rubrica em 4 milhões de euros resulta da conversão do empréstimo efectuado à subsidiária Ponte Alta em 2009 no valor de 5 milhões de euros em prestações suplementares, após a amortização de 1 milhão de euros.

Os activos disponíveis para venda apresentam a seguinte decomposição:

	2010	2009
Acções		
- Cotadas	2.564.970	1.593.314
- Não cotadas	-	-
Obrigações		
- Cotadas	19.462.668	19.807.980
- Não cotadas	-	-
Unidades de participação		
- Cotadas	458.337	2.302.362
- Não cotadas	759.072	829.855
	<u>23.245.047</u>	<u>24.533.511</u>

Os empréstimos e contas a receber apresentam a seguinte decomposição:

	2010	2009
Depósitos junto de Empresas Cedentes	1.419.157	1.800.068
Empréstimos concedidos	-	5.000.000
	<u>1.419.157</u>	<u>6.800.068</u>

O valor registado na rubrica de empréstimos concedidos destinou-se a financiar o reforço do investimento na empresa brasileira, realizado em 2009 (ver investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos na página anterior).

O quadro de colaboradores foi reforçado ao longo do ano de forma a acompanhar o aumento da actividade da empresa. Registou-se um crescimento de 30% no número médio de trabalhadores (215 em 2010 e 165 em 2009).

Como explicado anteriormente, a quebra registada no resultado financeiro determinou uma redução no resultado líquido, que se cifrou em 1.475 milhares de euros.

3- PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E FACTOS RELEVANTES

No primeiro semestre de 2010 o Grupo Europ Assistance esteve envolvido na preparação de um plano estratégico a nível global (Plano Galileo) para o período 2011-2015 que identificou as principais linhas estratégicas de desenvolvimento do negócio. A focalização deste plano concentra-se na crescente penetração nas linhas de negócio mais rentáveis e com maior perspectiva de crescimento - como sejam a Saúde e o Lar e Família - e numa gradual transformação do modelo de distribuição do actual B2B para os canais com acesso directo ou indirecto ao consumidor final (B2C e B2B2C).

Consequência do significativo crescimento verificado nos últimos dois exercícios, em meados de 2010, a Europ Assistance expandiu as suas instalações ocupando uma área adicional de cerca de 500 m2 no edifício sede.

A nível internacional é de realçar a excelente performance da empresa Brasileira, que registou níveis de crescimento consideráveis e encerrou o ano com um volume de negócios de cerca de R\$ 325 milhões (€ 141 milhões) – 30% acima do ano anterior - e um resultado líquido de R\$ 11 milhões (€ 4,8 milhões) – 60% superior a 2009.

As empresas Argentina e Chilena deram continuidade ao seu processo de consolidação nos respectivos mercados.

4- PERSPECTIVAS PARA 2011

As projecções para a economia portuguesa apontam para que a actividade económica registe uma contracção em 2011, que não deverá ser inferior a 1%. Esta evolução traduz o impacto sobre a actividade económica do início do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década. As actuais projecções caracterizam-se pela ligeira diminuição das necessidades de financiamento das famílias e das empresas e supõem, em particular, uma significativa consolidação orçamental, num quadro de queda substancial da procura interna.

O ambiente concorrencial no mercado de assistência mantém-se bastante agressivo, com vários operadores muito activos no mercado, provocando uma acrescida pressão sobre as margens, em especial no segmento automóvel.

Para 2011, a Administração da Europ Assistance antecipa um exercício em que se irá sentir um forte impacto nos custos por via dos sucessivos aumentos da carga fiscal, principalmente do IVA para 23%. Para fazer face a este impacto será implementada uma rigorosa política de controlo dos custos operacionais e internos, vector fundamental para conseguir manter a actividade em níveis de rentabilidade adequados. Apesar da conjuntura económica recessiva, a empresa apresenta perspectivas comerciais bastante animadoras que serão potenciadas com a estratégia definida no Plano Galileo.

Nos termos e para efeitos do D.L. nº 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a Segurança Social.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas a seguinte aplicação do resultado líquido de € 1.475.318,35:

• Reserva Legal	€ 147.531,84
• Dividendos	€ 1.300.000,00
• Resultados Transitados	€ 27.786,51

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2011.

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Martin Vial

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Manrico Iachia

Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga

João Carlos Nunes Fervença da Silva

Odile Collignon

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1) Participações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização (Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais):

Conselho de Administração	Acções detidas em 31.12.2010
Martin Vial	6
Manrico Iachia	3

2) Participações de Accionistas (Artº 448 do Código das Sociedades Comerciais):

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., era detentora em 31 de Dezembro de 2010 de 360.000 acções.

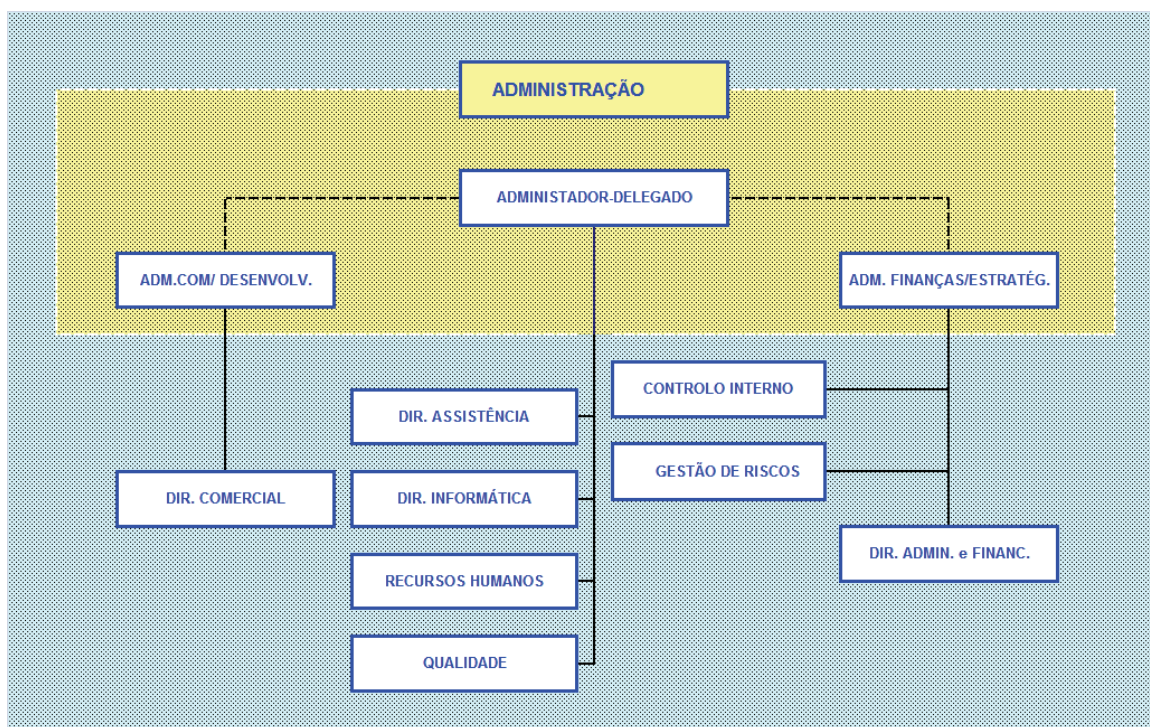
A Europ Assistance Holding, S.A. (França), era detentora em 31 de Dezembro de 2010 de 794.991 acções.

O Banco Espírito Santo, S.A., era detentor em 31 de Dezembro de 2010 de 345.000 acções.

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adoptada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino e compreende o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto actualmente por 7 membros, dos quais 3 são Administradores Executivos e nenhum é Administrador Independente, sendo eleito por períodos de 4 anos e apresentando a seguinte organização:



Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são eleitos por períodos de 4 anos, sendo o Conselho Fiscal composto por 3 membros efectivos e um suplente, todos independentes.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS **DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

I – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A – MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Na definição do valor da retribuição dos Administradores Executivos são consideradas as regras internacionais do Grupo Europ Assistance, os valores de retribuição praticados em Companhias de dimensão e actividade similares, bem como as responsabilidades e o grau de compromisso inerentes ao cargo, por forma a:

- Garantir que o pacote de retribuições seja competitivo face a entidades comparáveis quer a nível nacional quer internacional.
- Incentivar a criação de valor para os accionistas, de forma sustentada ao longo do tempo.

2 - ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO

2.1. Valor fixo

Os Administradores Executivos têm direito a receber um valor fixo mensal (pago 14 vezes/ano), em função do cargo que desempenham.

2.2. Retribuição variável (anual)

Uma parte da remuneração é variável, a fim de potenciar o seu compromisso com a Companhia e motivar o seu desempenho.

A retribuição variável anual está vinculada ao cumprimento de objectivos de negócio concretos, quantificáveis e alinhados com o interesse da Companhia que incidem na criação de valor, assim como, à avaliação do desempenho individual. Os objectivos são ajustados anualmente às prioridades estratégicas do negócio.

O valor da retribuição variável (potencial máximo) é fixado anualmente, e não deverá representar relativamente à remuneração anual total, mais do que 50% no caso do Administrador-Delegado, e do que 40% para os demais Administradores Executivos.

A retribuição variável é composta por duas parcelas:

- 70% do valor potencial - desde que se registre um bom desempenho económico/financeiro da Companhia e que se atinja a generalidade dos objectivos estratégicos estabelecidos pelos accionistas.

- 30% do valor potencial - a ser determinado de acordo com as regras internacionais do Grupo Europ Assistance no que respeita a objectivos quantitativos (65%) e qualitativos (na qual se inclui a apreciação do desempenho individual) (35%) respeitantes à sociedade portuguesa e às empresas por esta controladas na América Latina.

Serão considerados como referência para cálculo da retribuição variável os seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos objectivos previamente estabelecidos a nível da Companhia.
- A avaliação do desempenho individual, conforme as funções e objectivos estabelecidos.
- A análise e a avaliação de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculadas ao desenvolvimento das funções e competências individuais de cada cargo.

A determinação individual da componente variável da retribuição depende de avaliação do desempenho realizada:

- no caso do Administrador-Delegado: pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- no caso dos Administradores Executivos: pelo Administrador-Delegado, com homologação do Presidente do Conselho de Administração;

O valor da remuneração - componente fixa e componente variável (potencial máximo) é fixado, anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração.

2.3. Retribuição variável a médio e longo prazo e Diferimento

Não se encontra estabelecido qualquer plano.

Esta opção baseia-se no facto de, na sua actividade, a Companhia assumir riscos de muito curto prazo e a atribuição de retribuição variável ser definida e aprovada anualmente pelos accionistas sendo sustentada em critérios de rigor e de prudência.

2.4. Benefícios

Os Administradores Executivos têm direito a seguro de Saúde, seguro de Vida, seguro de Acidentes Pessoais e Fundo de Pensões.

B – MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos membros não executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração regular, ou benefício complementar.

C – INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE DESTITUIÇÃO

Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de o Administrador poder retomar o posto de trabalho anterior.

II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

O conselho fiscal é composto por 3 membros efectivos (Presidente e dois vogais) e um suplente.

A remuneração anual do conselho fiscal é fixada pela assembleia-geral e será diferenciada de acordo com o respectivo cargo.

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas será estabelecida e revista anualmente.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Martin Vial

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Manrico Iachia

Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga

João Carlos Nunes Fervença da Silva

Odile Collignon

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Valores em euros

Notas do Anexo	ACTIVO	Exercício			Exercício anterior
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
8;30	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.029.301,41		2.029.301,41	1.082.388,02
6;7;8	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.649.750,00		4.649.750,00	649.750,00
	Activos financeiros detidos para negociação				
3;6	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				1.124.701,17
	Derivados de cobertura				
3;6	Activos disponíveis para venda	23.245.047,44		23.245.047,44	24.533.510,96
	Empréstimos e contas a receber	1.419.157,33		1.419.157,33	6.800.067,84
3;6	Depósitos junto de empresas cedentes	1.419.157,33		1.419.157,33	1.800.067,84
	Outros depósitos				
6	Empréstimos concedidos				5.000.000,00
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio				
	Terrenos e edifícios de rendimento				
10	Outros activos tangíveis	4.400.431,09	3.084.139,91	1.316.291,18	1.431.899,40
	Inventários				
	<i>Goodwill</i>				
12	Outros activos intangíveis	1.194.595,93	976.624,72	217.971,21	110.927,78
	Provisões técnicas de resseguro cedido	957.194,82		957.194,82	827.772,15
2;3	Provisão para prémios não adquiridos	917.092,77		917.092,77	799.911,93
	Provisão matemática do ramo vida				
4.1 b)	Provisão para sinistros	40.102,05		40.102,05	27.860,22
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
23	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo				406.096,00
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.067.307,07	233.291,40	5.834.015,67	4.375.584,80
13	Contas a receber por operações de seguro directo	1.757.412,25	223.240,71	1.534.171,54	747.301,32
	Contas a receber por outras operações de resseguro	3.973.401,29		3.973.401,29	3.464.028,46
13	Contas a receber por outras operações	336.493,53	10.050,69	326.442,84	164.255,02
	Activos por impostos	208.689,23		208.689,23	254.314,70
	Activos por impostos correntes				
24	Activos por impostos diferidos	208.689,23		208.689,23	254.314,70
37	Acréscimos e diferimentos	207.089,24		207.089,24	96.979,86
	Outros elementos do activo				
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ACTIVO	44.378.563,56	4.294.056,03	40.084.507,53	41.693.992,68

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Valores em euros

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	22.906.796,84	21.764.993,55
2;3	Provisão para prémios não adquiridos	16.667.267,92	14.710.645,95
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros		
	De vida		
	De acidentes de trabalho		
3;4.1 b)	De outros ramos	5.677.447,93	6.840.408,09
4.1 c)	Provisão para participação nos resultados	562.080,99	213.939,51
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	906.439,91	2.280.323,05
	Contas a pagar por operações de seguro directo	58.884,78	31.286,34
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	33.580,14	15.514,92
	Contas a pagar por outras operações	813.974,99	2.233.521,79
	Passivos por impostos	814.164,71	679.313,72
24	Passivos por impostos correntes	814.164,71	441.670,17
24	Passivos por impostos diferidos		237.643,55
37	Acréscimos e diferimentos	1.959.473,00	1.606.202,54
13	Outras Provisões	211.930,48	719.348,13
	Outros Passivos		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	26.798.804,94	27.050.180,99
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	7.500.000,00	7.500.000,00
	(Acções Próprias)		
25	Outros instrumentos de capital	4.500.000,00	4.500.000,00
	Reservas de reavaliação	-308.198,04	490.672,07
26	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-308.198,04	490.672,07
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
26	Reserva por impostos diferidos	194.616,28	-233.864,38
26	Outras reservas	-77.515,33	552.442,14
	Resultados transitados	1.481,33	-46.243,46
	Resultado do exercício	1.475.318,35	1.880.805,32
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	13.285.702,59	14.643.811,69
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	40.084.507,53	41.693.992,68

GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Valores em euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	39.006.769,08		39.006.769,08	30.606.005,32
14	Prémios brutos emitidos	41.543.231,22		41.543.231,22	35.097.922,74
14	Prémios de resseguro cedido	-487.296,36		-487.296,36	-814.039,61
2;14	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-2.166.346,62		-2.166.346,62	-3.741.813,84
2;14	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	117.180,84		117.180,84	63.936,03
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços				
2;4	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	30.807.810,08		30.807.810,08	23.953.238,67
	Montantes pagos	31.983.012,07		31.983.012,07	22.899.662,63
	Montantes brutos	32.183.039,57		32.183.039,57	23.231.238,85
	Parte dos resseguradores	-200.027,50		-200.027,50	-331.576,22
	Provisão para sinistros (variação)	-1.175.201,99		-1.175.201,99	1.053.576,04
	Montante bruto	-1.162.960,16		-1.162.960,16	1.002.282,75
	Parte dos resseguradores	-12.241,83		-12.241,83	51.293,29
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro				
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				
	Montante bruto				
	Parte dos resseguradores				
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	397.133,87		397.133,87	12.474,17
21	Custos e gastos de exploração líquidos	6.663.015,13		6.663.015,13	5.853.686,94
	Custos de aquisição	3.063.480,37		3.063.480,37	2.589.009,91
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-209.724,65		-209.724,65	-48.200,38
	Gastos administrativos	3.809.259,41		3.809.259,41	3.312.877,41
	Comissões e participação nos resultados de resseguro				
16	Rendimentos	809.861,67	250.190,45	1.060.052,12	845.665,99
	De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	809.861,67	5.435,45	815.297,12	845.665,99
	De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros		244.755,00	244.755,00	
16	Gastos financeiros	47.761,42		47.761,42	146.765,45
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	47.761,42		47.761,42	146.765,45
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	261.527,97		261.527,97	860.540,59
17	De activos disponíveis para venda	261.527,97		261.527,97	860.540,59
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros				
17;18	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	2.399,23		2.399,23	115.551,87
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação				
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.399,23		2.399,23	115.551,87
19	Diferenças de câmbio	-21.162,05		-21.162,05	12.913,38
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)				
	De activos disponíveis para venda				
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro				
	Outras provisões (variação)		-25.997,07	-25.997,07	-127.906,30
	Outros rendimentos/gastos		-7.061,12	-7.061,12	229.818,41
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	2.143.675,40	217.132,26	2.360.807,66	2.576.424,03
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	647.162,51	1.864,22	649.026,73	607.464,47
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	101.997,58	134.465,00	236.462,58	88.154,24
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.394.515,31	80.803,04	1.475.318,35	1.880.805,32

Demonstração de Variações do Capital Próprio

Valores em Euros

Notas do Anexo	Capital	Ações próprias	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação								Outras reservas				Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Por revalorização de outros activos tangíveis	Por revalorização de activos intangíveis	Instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	De cobertura de investimentos em moeda estrangeira	De diferenças de câmbio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Reserva estatutária	Prémios de emissão	Outras reservas		
26	Demonstração de Variações do Capital Próprio																			
	Balanco a 31 de Dezembro de 2009	7.500.000		4.500.000			490.672	0	0	0	0	0	0	-233.864	160.607	0	0	391.835	-46.243	1.880.805
	Correcções de erros (IAS 8)																			
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)																			
	Balanco de abertura alterado	7.500.000	0	4.500.000	0	0	490.672	0	0	0	0	0	0	-233.864	160.607	0	0	391.835	-46.243	1.880.805
	Aumentos/reduções de capital																			
	Transacção de acções próprias																			
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos																			
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda																			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio						-798.870													-798.870
27	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis																			
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis																			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa																			
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira																			
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio																			
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos													428.481						428.481
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados														188.081				47.725	-235.805
	Distribuição de reservas																			0
	Distribuição de lucros/prejuízos																			-1.645.000
	Alterações de estimativas contabilísticas																			0
2326	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio																	-818.038		-818.038
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas																			
	Total das variações do capital próprio	0	0	0	0	0	-798.870	0	0	0	0	0	0	428.481	188.081	0	0	-818.038	47.725	-1.880.805
	Resultado líquido do período																			1.475.318
	Distribuição antecipada de lucros																			0
	Balanco a 31 de Dezembro de 2010	7.500.000	0	4.500.000	0	0	-308.198	0	0	0	0	0	0	194.616	348.688	0	0	-426.203	1.481	13.285.703

Demonstração de Variações do Capital

Valores em Euros

Notas do Anexo	Capital	Ações próprias	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação										Outras reservas				Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Por revalorização de activos tangíveis	Por revalorização de outros activos tangíveis	Por revalorização de activos intangíveis	De instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	De cobertura de investimentos em moeda estrangeira	De diferenças de câmbio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Reserva estatutária	Prémios de emissão	Outras reservas			
23	Demonstração de Variações do Capital Próprio	7.500.000					-535.699								141.960	2.500				126.077	1.581.071	8.817.910
	Balanco a 31 de Dezembro de 2008														-52.260							0
	Correcções de erros (IAS 8)														89.680	2.500	0	0	197.285	4.876	-149.883	0
26	Balanco de abertura alterado	7.500.000	0	4.500.000	0	0	-535.699	0	0	0	0	0	0	0						132.956	1.431.189	8.817.910
	Aumentos/reduções de capital																					4.500.000
	Transacção de acções próprias																					0
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos																					0
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda						1.026.371															1.026.371
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio																					0
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis																					0
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis																					0
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa																					0
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira																					0
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio														-323.544	158.107				22.964	-181.071	-323.544
28	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos																					0
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados																					0
	Distribuição de reservas																					-1.400.000
27	Distribuição de lucros/prejuízos																					0
	Alterações de estimativas contabilísticas																					0
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio																		194.550			194.550
	Indúlgias neutras linhas																					0
	Transferências entre rubricas de capital próprio não																					0
	Total das variações do capital próprio	0	0	4.500.000	0	0	1.026.371	0	0	0	0	0	0	0	-323.544	158.107	0	0	194.550	-202.163	149.883	-52.281
	Resultado líquido do período																			-179.199	-1.431.189	3.945.096
	Distribuição antecipada de lucros																				1.880.805	1.880.805
	Balanco a 31 de Dezembro de 2009	7.500.000	0	4.500.000	0	0	490.672	0	0	0	0	0	0	0	-233.864	160.607	0	0	391.835	-46.243	1.880.805	14.643.812

Notas do Anexo	RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO EXERCÍCIO - 2010	Valores em Euros	
		31-Dez-10	31-Dez-09
27	Resultado Líquido do Exercício	1.475.318	1.880.805
18;26	Reserva de reavaliação Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-798.870	1.026.371
24;26	Reserva por impostos diferidos Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros e por ganhos e perdas actuariais	428.481	-375.825
23;26	Resultado de ganhos e perda actuariais	-818.038	194.550
	Resultado não incluído na conta de ganhos e perdas	-1.188.427	845.096
	RENDIMENTO INTEGRAL TOTAL DO EXERCÍCIO	286.891	2.725.901

1. Informações gerais

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência"; "Acidentes pessoais", "Doença", "Responsabilidade Civil Geral", "Mercadorias transportadas", "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal. Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro,nº75-10º em Lisboa, tendo as seguradoras como principal canal de distribuição.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP). As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas. Os valores apresentam-se em Euros, excepto quando existe outra indicação.

2. Informação por segmentos

Nos exercícios de 2010 e 2009, os prémios brutos emitidos ascenderam a 41.543.231 Euros e 35.097.923 Euros, respectivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

Rendimentos e gastos respeitantes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2010:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Resultado de resseguro
ACIDENTES E DOENÇA	861	861	-	152	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	262	262	-	43	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	974.972	1.027.775	832.070	164.223	-
ASSISTÊNCIA	39.442.808	37.794.493	29.836.837	6.468.219	(134.675)
DIVERSOS	1.124.329	553.494	351.173	30.377	(23.172)
TOTAL GERAL	41.543.231	39.376.885	31.020.079	6.663.015	(157.846)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Rendimentos e gastos respeitantes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2009:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Resultado de resseguro
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.167.946	565.016	361.144	99.609	-
ASSISTÊNCIA	32.860.213	30.657.378	23.788.368	5.724.900	(442.028)
DIVERSOS	1.069.764	133.714	84.009	29.178	(27.793)
TOTAL GERAL	<u>35.097.923</u>	<u>31.356.109</u>	<u>24.233.522</u>	<u>5.853.687</u>	<u>(469.821)</u>

* Sem dedução da parte dos resseguradores

O resultado técnico, os activos e passivos por segmento em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são os seguintes:

	2010			
	Ramos não Vida	Protecção Jurídica	Assistência	Diversos
Prémios brutos emitidos	41.543.231	974.972	39.442.808	1.125.452
Prémios de resseguro cedido	(487.296)	-	-	(487.296)
Prémios brutos adquiridos	39.006.769	1.027.775	37.610.785	368.209
Resultado dos Investimentos	1.004.865	28.201	945.956	30.709
Custos com sinistros brutos	30.807.810	832.070	29.787.804	187.936
Custos de exploração brutos	6.663.015	164.223	6.468.219	30.572
Resultado técnico	2.540.809	59.683	2.300.717	180.409
Activos afectos à representação das provisões técnicas	27.650.701	1.289.548	23.989.199	2.371.954
Provisões técnicas	22.906.797	1.063.966	20.258.780	1.584.051

	2009			
	Ramos não Vida	Protecção Jurídica	Assistência	Diversos
Prémios brutos emitidos	35.097.923	1.167.946	32.860.213	1.069.764
Prémios de resseguro cedido	(814.040)	-	(315.868)	(498.171)
Prémios brutos adquiridos	30.606.005	565.016	29.969.156	71.833
Resultado dos Investimentos	1.694.432	45.950	1.604.629	43.852
Custos com sinistros brutos	23.953.239	361.144	23.542.173	49.921
Custos de exploração brutos	5.853.687	99.609	5.724.900	29.178
Resultado técnico	2.481.037	150.213	2.294.238	36.587
Activos afectos à representação das provisões técnicas	29.368.440	1.057.317	27.298.663	1.012.460
Provisões técnicas	21.764.994	882.565	19.934.934	947.494

Os valores segundo o segmento geográfico, são originados na sua totalidade pela actividade em Portugal.

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Até 31 de Dezembro de 2007, inclusive, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia, mantidos de acordo com os princípios definidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, publicado no Diário da República n.º 127/94, IIº Suplemento, 3ª Série, de 1 de Junho de 1994, e com base na Norma n.º 14/95-R e outras normas específicas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

No âmbito do disposto no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro, a Companhia adoptou na preparação destas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC, ou IFRS), nos termos do Artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, com excepção da IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

3.1. Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transacções que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efectuam as cobranças e os pagamentos.

Dado os prémios serem registados como proveitos no momento da emissão ou renovação das respectivas apólices e os sinistros quando são participados pelos segurados, é necessário efectuar certas periodificações de proveitos e custos. Estas periodificações afectam, basicamente, as seguintes rubricas:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método "Pró-rata temporis" aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de Dezembro de 2010, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 7% dos prémios não adquiridos.

ii) Provisão para sinistros

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. A provisão para IBNR registada em 31 de Dezembro de 2010 corresponde a 4% dos

custos com sinistros declarados no exercício de 2010. Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite.

iii) Provisão para participação nos resultados

Reflecte a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente contrato a contrato sendo constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

iv) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

v) Ajustamento para recibos por cobrar

Tem por objectivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em 31 de Dezembro de 2010, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos dos anos de 2008 e 2009. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão reflectidos na rubrica "Recibos por cobrar".

vi) Comissões

Reflecte as comissões de mediação de seguros pagas aos mediadores.

b) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as empresas sobre as quais o Grupo detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade. São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais o Grupo detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (accionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados ao custo de aquisição.

d) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

e) Outros investimentos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui os activos financeiros derivados (derivados embutidos) designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

ii) Reconhecimento inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid - price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

iv) Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, a Companhia não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

v) Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (pelo menos 6 meses) ou uma desvalorização de 50% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a acções ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

f) Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de <u>vida útil</u>
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

g) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

h) Benefícios aos empregados

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data da entrada em vigor do novo CCT, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no activo, é assegurada por um plano de benefício definido para os empregados admitidos até 22 de Junho de 1995 e um plano de contribuição definida para os restantes trabalhadores. Ambos são financiados por fundos de pensões Multireforma do Espírito Santo Fundo de Pensões (ver nota 23).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas actuariais em Capitais Próprios.

i) Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos. A respectiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

j) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em ganhos e perdas, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

k) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

l) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

m) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

As principais estimativas e julgamentos considerados na preparação das demonstrações financeiras resultam do apuramento da provisão para sinistros, das restantes provisões técnicas, da imparidade de activos financeiros, do cálculo da responsabilidade com benefícios pós-emprego e da estimativa dos prémios de resseguro aceite do mês de Dezembro.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e activos de resseguro

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à actividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objectivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afecte significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e accionistas.

A avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos devem ser devidamente planeados, continuamente revistos e documentados.

Política de gestão de riscos

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resulta da sua actividade.

A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar uma gestão sã e prudente e, deste modo, pôr em risco os objectivos estratégicos.

Para assegurar a eliminação ou controlo dos riscos, foram definidas as funções de Controlo Interno e Gestão de Riscos e consequentemente, os processos e controlo associados a cada tipo de risco.

A gestão de riscos está incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Empresa.

A Companhia considera fundamental a criação de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e

significância dos riscos a que se encontra exposta. Para acautelar a implementação do sistema foram desenvolvidos esforços no sentido de adequar de forma mais eficiente os recursos necessários ao cumprimento dos requisitos e objectivos do sistema de gestão de riscos.

4.1. Identificação das quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

a) Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

Ver nota 3 a).

b) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros ocorridos é determinada sinistro a sinistro. Para o IBNR aplica-se uma taxa genérica de 4% e para os custos de gestão de sinistros uma taxa de 5% aos custos com sinistros declarados do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ramos técnicos	2010			Líquido
	Seguro Directo	Resseguro Aceite	Resseguro Cedido	
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	467.523	-	467.523
Assistência	467.279	3.206.979	(7.760)	3.666.498
Diversos	61.374	-	(32.342)	29.032
	<u>528.653</u>	<u>3.674.502</u>	<u>(40.102)</u>	<u>4.163.053</u>
Provisão para gestão de sinistros	26.433	183.725	-	210.158
Provisão para IBNR	159.133	1.105.002	-	1.264.135
	<u>185.566</u>	<u>1.288.727</u>	<u>-</u>	<u>1.474.292</u>
	<u>714.219</u>	<u>4.963.229</u>	<u>(40.102)</u>	<u>5.637.346</u>

Ramos técnicos	2009			Líquido
	Seguro Directo	Resseguro Aceite	Resseguro Cedido	
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	240.482	-	240.482
Assistência	422.846	4.277.971	(23.912)	4.676.905
Diversos	7.896	-	(3.948)	3.948
	<u>430.742</u>	<u>4.518.453</u>	<u>(27.860)</u>	<u>4.921.335</u>
Provisão para gestão de sinistros	43.074	451.845	-	494.920
Provisão para IBNR	145.543	1.250.750	-	1.396.293
	<u>188.617</u>	<u>1.702.595</u>	<u>-</u>	<u>1.891.213</u>
	<u>619.360</u>	<u>6.221.048</u>	<u>(27.860)</u>	<u>6.812.548</u>

c) Provisão participação nos resultados

Esta provisão é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ramos técnicos	2010			
	Saldo Inicial	Montantes Pagos	Reforço	Saldo Final
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	213.940	-48.992	397.134	562.081
Diversos	-	-	-	-
	<u>213.940</u>	<u>-48.992</u>	<u>397.134</u>	<u>562.081</u>

Ramos técnicos	2009			
	Saldo Inicial	Montantes Pagos	Reforço	Saldo Final
Acidentes e Doença	-	-	-	-
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	-
Protecção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	238.506	-37.040	12.474	213.940
Diversos	-	-	-	-
	<u>238.506</u>	<u>-37.040</u>	<u>12.474</u>	<u>213.940</u>

d) Efeito de alterações nos pressupostos usados para mensurar activos e passivos por contratos de seguro

A provisão para IBNR de resseguro aceite registada em 31 de Dezembro de 2010 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício. A taxa aplicada em 2009 foi de 6%. Decorrente desta alteração verificou-se um impacto nos custos com sinistros de 552.493 euros.

A provisão para custos de gestão de sinistros registada em 31 de Dezembro de 2010 corresponde a 5% dos custos com sinistros declarados no exercício. A taxa aplicada em 2009 foi de 10%. Decorrente desta alteração verificou-se um impacto nos custos com sinistros de 210.158 euros.

4.2. Riscos Específicos de Seguros

a) A Companhia considera que os riscos específicos de seguros a que se encontra exposta são os Riscos Técnicos, decompondo-se os mesmos em 4 áreas de risco. As áreas de risco são:

1 - Subscrição e tarificação – área associada à identificação e avaliação dos riscos a assumir pela empresa no âmbito do processo de tarificação: sua adequação tendo por base a experiência de sinistralidade e bases estatísticas. É aqui considerada a monitorização da tarificação através de reportes periódicos onde se afere adequação dos prémios cobrados ou fixados face às responsabilidades / obrigações futuras resultantes desses contratos; e do processo de subscrição: definição das coberturas, limites e condições aplicáveis, tendo em conta os universos cobertos e o tipo de risco definido a subscrever.

2 – Provisionamento das Responsabilidades – área associada à avaliação e monitorização das provisões e respectiva adequação. O risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

3 – Gestão dos Processos de Sinistros – área associada à avaliação e monitorização dos processos de sinistros, ao nível da informação incluída na Base de Dados face aos objectos cobertos, dispersão na sua localização, confirmação de garantias / coberturas, clausulados actualizados, níveis de serviço contratados. Os impactos associados poderão passar pela fraude, perturbações no decorrer do processo de sinistro, perdas de contratos e penalizações por incumprimento.

4 – Resseguro e emissão de prémios – área associada à avaliação e monitorização da correcta emissão dos prémios e políticas de resseguro aceite e cedido.

b) Quadros com alguma informação relevante sobre o risco específico de seguros:

Sinistros ocorridos (em quantidade)						
	2010 Actual	2010 Budget	Var%	2009 Actual	2009 Budget	Var%
Sinistros ocorridos Ramo Assistência	359.834	278.086	29,40%	278.071	226.447	22,80%
	359.834	278.086	29,40%	278.071	226.447	22,80%
	2010 Actual	2010 Budget	Var%	2009 Actual	2009 Budget	Var%
Sinistros ocorridos Ramo Protecção Jurídica	1.323	1.430	-7,48%	1.083	974	11,19%
	1.323	1.430	-7,48%	1.083	974	11,19%
	2010 Actual	2010 Budget	Var%	2009 Actual	2009 Budget	Var%
Sinistros ocorridos Ramo Perdas Pecuniárias Diversas	635	782	-18,80%	316	599	-47,25%
	635	782	-18,80%	316	599	-47,25%
	2010 Actual	2010 Budget	Var%	2009 Actual	2009 Budget	Var%
Sinistros ocorridos Ramo Acidentes Pessoais	-	12	n. a.	n. a.	6	n. a.
	-	12	n. a.	-	6	n. a.
	2010 Actual	2010 Budget	Var%	2009 Actual	2009 Budget	Var%
Sinistros ocorridos Ramo Doença	-	398	n. a.	n. a.	132	n. a.
	-	398	n. a.	-	132	n. a.
	2010 Actual	2010 Budget	Var%	2009 Actual	2009 Budget	Var%
Sinistros ocorridos Ramo Mercadorias Transportadas	n. a.	-	n. a.	n. a.	65	n. a.
	-	-	n. a.	-	65	n. a.
	2010 Actual	2010 Budget	Var%	2009 Actual	2009 Budget	Var%
Sinistros ocorridos Ramo Responsabilidade Civil	-	28	n. a.	n. a.	15	n. a.
	-	28	n. a.	-	15	n. a.
	2010 Actual	2010 Budget	Var%	2009 Actual	2009 Budget	Var%
Sinistros ocorridos Total	361.792	280.736	28,87%	279.470	228.238	22,45%
	361.792	280.736	28,87%	279.470	228.238	22,45%

	2010 Actual	2009 Actual	Var%
Rácio de sinistralidade	78,98%	78,26%	0,92%
	<u>78,98%</u>	<u>78,26%</u>	<u>0,92%</u>

	2010 Actual	2009 Actual	Var%
Número de Apólices	552	538	2,60%
	<u>552</u>	<u>538</u>	<u>2,60%</u>

Sendo a actividade da companhia cerca de 85% em resseguro aceite não é possível efectuar análises sobre as concentrações de risco de seguros.

A análise sensibilidade é como se segue:

		(em milhares de euros)	
Incidência de análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2010	2009
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, liquidados de resseguro	-1.540	-1.198
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, liquidados de resseguro	-666	-585

4.3. Riscos Financeiros

A Companhia considera que, num sentido lato, todos os riscos a que se encontra exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Existe contudo, um conjunto de riscos relacionados com a Gestão de Activos, que consideramos não estarem directamente relacionados com a gestão de contratos de seguros ou de sinistros, e incluem riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Riscos de Mercado

Riscos associados à gestão de activos (investimentos) definida pela companhia e relacionados com variações nos mercados. Na óptica da companhia este risco de mercado decompõe-se em risco de acções, risco de taxa de juro, risco de spread e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está reflectida no contrato celebrado com a ESAF (Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA) para a Gestão de Activos e é claramente expresso como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes. Não são efectuados quaisquer investimentos que confirmem exposição directa ou indirecta ao mercado imobiliário, pelo que, não há exposição ao risco imobiliário.

Relativamente à composição de activos cuja moeda não é euro é imaterial (7%) pelo que a Companhia considera a exposição a este risco residual.

Risco de acções – encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia sensíveis a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

A análise de sensibilidade é como se segue:

		(em milhares de euros)	
Incidência de análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Impostos	
		2010	2009
Acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	-256	-159

Risco de taxa de juro – encontram-se expostos a este risco todos os activos cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações. Não estão expostos a este risco passivos visto não serem detidos pela Companhia.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

		(em milhares de euros)	
Incidência de análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de Impostos	
		2010	2009
Taxa de Juro	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Obrigações tx fixa	-549	-477

Risco de spread – encontram-se expostos a este risco os títulos sujeitos à volatilidade dos *spreads* ao longo da curva das taxas de juro, sobretudo as obrigações. Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações *corporate* (cerca de 83,7% do total).

Efectuada a análise da distribuição por *rating* deste tipo de obrigações, cerca de 69% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A". Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída na Companhia.

Rating	(em milhares de euros)			
	2010		2009	
	%	valor	%	valor
AAA	26%	5.005		
AA	12%	2.361	12%	1.887
A	31%	5.977	41%	6.372
BBB	25%	4.908	25%	3.908
BB			4%	685
B				
CCC				
UNRATED	6%	1.211	18%	2.840
TOTAL	100%	19.462	100%	15.693

Risco de concentração – O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade é analisada como segue:

(em milhares de euros)

Sector Actividade	Activos Financeiros classificados no Reconhecimento Inicial a Justo Valor através de Ganhos e Perdas					
	2010			2009		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Comunicações	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Bens Consumíveis	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Energia	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Financeiro	0,0%	0	0	100,0%	1.125	0
Fundos	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Dívida Pública	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Industrial	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Medicina	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Tecnologia	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Serviços Públicos / colectivos	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Outros	0,0%	0	0	0,0%	0	0
TOTAL	0%	0	0	100,0%	1.125	0

(em milhares de euros)

Sector Actividade	Activos Financeiros disponíveis para venda					
	2010			2009		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,0%	0	0	1,5%	362	0
Comunicações	3,7%	855	0	0,4%	108	0
Bens Consumíveis	0,5%	121	0	1,4%	335	0
Energia	3,9%	893	0	6,1%	1.471	0
Financeiro	59,6%	13.727	0	56,2%	13.650	0
Fundos	5,3%	1.217	0	0,0%	0	0
Dívida Pública	17,6%	4.062	0	16,1%	3.906	0
Industrial	6,5%	1.489	0	15,1%	3.663	0
Medicina	1,6%	367	0	1,1%	274	0
Tecnologia	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Serviços Públicos / colectivos	0,3%	63	0	0,0%	0	0
Outros	1,0%	241	0	2,1%	515	0
TOTAL	100%	23.035	0	100,0%	24.284	0

Nota: O efeito de acréscimo de juros a receber não está reflectivo na análise acima. Em 2009 foi 259.698 euros e em 2010 foi 209.906 euros

A Companhia identifica ainda, como riscos financeiros directamente relacionados com a gestão de seguros ou de sinistros:

Riscos Estratégicos

Riscos associados à estratégia, política e gestão de investimentos definida pela empresa. Como áreas de risco estão definidas o ambiente concorrencial e o ambiente legal.

Os procedimentos de gestão de riscos de mercado têm o seu enfoque nos controlos dos processos de ambiente concorrencial (análise concorrencial e quota de mercado), estratégia comercial e enquadramento legal e regulatório, tendo sido desenvolvidos as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Verificou-se um acréscimo de vendas no mercado automóvel (32,96%), recuperando do decréscimo verificado no ano 2009. Deverá verificar-se um crescimento do ramo assistência em 2010 em cerca de 2,0%. A quota de mercado da Companhia deverá atingir os 28%, mais 7,7% que em 2009.

Informação quantitativa:

	em unid					fonte: ACAP	
	2007	2008	Var %	2009	Var %	2010	Var %
Evolução do mercado automóvel	276.606	281.461	1,76%	207.478	-26,29%	275.871	32,96%
	276.606	281.461	1,76%	207.478	-26,29%	275.871	32,96%

	milhões de euros				fonte: ISP / Benchmark's		
Prémios Brutos Seguro Directo	2007	2008	Var %	2009	Var %	2010 Proj	Var %
Ramos Não Vida	4.413	4.447	0,8%	4.149	-6,7%	4.135	-0,3%
Ramo Diversos (Assistência)	50	47	-6,0%	49	4,3%	50	2,0%
Quota ramo Assistência	1,13%	1,06%	-6,7%	1,18%	11,7%	1,21%	2,4%

fonte: ISP / APS / Benchmark's							
Quota de Mercado (Assistência)	2007	2008	Var %	2009	Var %	2010 Proj	Var %
Cares	32%	33%	3,1%	31%	-6,1%	31%	0,0%
Europ Assistance	27%	24%	-11,1%	26%	8,3%	28%	7,7%
Mondial Assistance	15%	8%	-46,7%	6%	-25,0%	5%	-16,7%
	74%	65%	-12,2%	63%	-3,1%	64%	1,6%

Riscos de Crédito - associados a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais. As áreas de risco associadas são os intermediários e clientes.

Os procedimentos de gestão de riscos de crédito têm o seu enfoque nos controlos do processo de cobranças e análise de projecto (avaliação do risco de crédito do cliente proposto), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Relativamente à relações com os resseguradores é considerada residual (3,7% dos prémios emitidos são cedidos), pelo que o risco é também residual. Para além disto o maior ressegurador faz parte do Grupo Europ Assistance (internacional), estando assim assegurada a mitigação de grande parte do risco residual considerado. Efectuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

As relações com os mediadores são residuais (a Companhia comissionou 2,96% do total de prémios de Seguro Directo em 2010 e 0,43% do total de prémios brutos emitidos) pelo que consideramos o risco residual. Contudo efectuam-se com regularidade monitorizações no âmbito das cobranças à evolução dos montantes e a antiguidade das dívidas, mitigando grande parte do risco residual considerado.

Riscos de Liquidez – associados à adequação ou desadequação do fundo de maneio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão de riscos de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspectiva de liquidez), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Informação quantitativa:

Prazo Médio de Recebimento	2008	2009	Var %	2010	Var %
Seguro Directo + Resseguro Aceite	47,7	47,5	-0,5%	34,2	-27,9%

Prazo Médio de Pagamento	2008	2009	Var %	2010	Var %
Seguro Directo + Resseguro Aceite	14,6	13,0	-11,0%	10,6	-18,8%

É efectuada também uma análise de maturidade dos activos financeiros, a 31 de Dezembro de 2009 e 2010, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)						
2010	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/ maturidade	Total
Activos financeiros	1.251	329	9.751	6.943	978	19.253

(em milhares de euros)						
2009	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/ maturidade	Total
Activos financeiros	1.402	3.609	6.061	7.041	1.437	19.549

Riscos Operacionais – associados a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. As áreas de risco associadas são os Recursos Humanos, os fornecedores, a prevenção do branqueamento de capitais e lavagem de dinheiro, o plano de contingência do negócio e as tecnologias de informação, tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Em 2010 a taxa de rotatividade de empregados foi de 0.78, apresentando um decréscimo de 0.01 relativamente a 2009 (0.77). A taxa de absentismo em 2010 foi de 4.4, apresentando um crescimento de 0.52 relativamente a 2009 (3.88). O numero de empregados cresceu 30% face a 2009, situando-se nos 215.

Informação quantitativa:

	2007	2008	Var	2009	Var	2010	Var
Taxa de Rotatividade	0,67	0,75	-0,08	0,77	-0,02	0,78	-0,01
	0,67	0,75	-0,08	0,77	-0,02	0,78	-0,01

	2007	2008	Var	2009	Var	2010	Var
Taxa de Absentismo	2,09	3,05	0,96	3,88	0,83	4,40	0,52
	2,09	3,05	0,96	3,88	0,83	4,40	0,52

	2007	2008	Var %	2009	Var %	2010	Var %
Numero de empregados	134	135	0,75%	165	22,22%	215	30,30%
	134	135	0,75%	165	22,22%	215	30,30%

Indicadores de produtividade:

	em euros				
	2008	2009	Var %	2010	Var %
Despesas gerais / Nr empregados	41,8	32,0	-23,4%	31,0	-3,1%
	41,8	32,0	-23,4%	31,0	-3,1%

	em euros				
	2008	2009	Var %	2010	Var %
Despesas gerais / Resultados Líquidos	3,57	3,10	-13,1%	4,52	45,8%
	3,57	3,10	-13,1%	4,52	45,8%

	2008	2009	Var %	2010	Var %
Despesas gerais / Prémios	21,78%	16,70%	-23,3%	15,73%	-5,8%
	21,78%	16,70%	-23,3%	15,73%	-5,8%

4.4. Quantia de perdas por imparidade reconhecida e a quantia de perdas por imparidade revertida durante o período relativamente a activos de resseguro e as razões que suportam essa imparidade.

Não se verificaram durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010 perdas de imparidade relativamente a activos de resseguro.

4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

Declara-se que os prémios e as provisões são adequados e suficientes para garantir as responsabilidades assumidas pela Companhia. (Ver Quadros do ponto 4.6).

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido. (Ver Quadros do ponto 4.2).

Rácio Combinado

	2010	
	Seguro Directo	Resseguro Aceite
Conta Técnica		
Prémios Adquiridos	6.104.205	33.272.679
Outros Proveitos Técnicos	-	-
Proveitos Técnicos	6.104.205	33.272.679
Custos com sinistros	4.019.884	27.000.195
Outras Provisões Técnicas (variação)	(30.573)	427.706
Custos de Exploração	1.078.953	5.584.062
Outros Custos Técnicos		
Custos Técnicos	5.068.265	33.011.964
Resultado Financeiro	150.730	854.136
Resultado da Conta Técnica	1.186.670	1.114.851
Rácio de Sinistralidade	65,9%	81,1%
Rácio de Despesas	17,2%	18,1%
Rácio Operacional	80,6%	96,6%
Rácio Combinado	83,0%	99,2%

	2009	
	Seguro Directo	Resseguro Aceite
Conta Técnica		
Prémios Adquiridos	5.539.189	25.816.920
Outros Proveitos Técnicos	-	-
Proveitos Técnicos	5.539.189	25.816.920
Custos com sinistros	3.630.158	20.603.363
Outras Provisões Técnicas (variação)	(5.348)	17.822
Custos de Exploração	1.354.114	4.499.573
Outros Custos Técnicos		
Custos Técnicos	4.978.924	25.120.759
Resultado Financeiro	296.526	1.397.906
Resultado da Conta Técnica	560.265	696.161
Rácio de Sinistralidade	65,4%	79,9%
Rácio de Despesas	24,4%	17,4%
Rácio Operacional	84,5%	91,9%
Rácio Combinado	89,9%	97,3%

6. Instrumentos financeiros (que não sejam contratos de investimento)

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma (ver anexo 1):

	2010	2009
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (ver nota 7)	4.649.750	649.750
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1.124.701
Activos disponíveis para venda	23.245.047	24.533.511
Empréstimos e contas a receber	1.419.157	6.800.068
	<u>29.313.955</u>	<u>33.108.030</u>

A rubrica "Empréstimos e contas a receber" tem a seguinte decomposição:

	2010	2009
Depósitos junto de Empresas Cedentes	1.419.157	1.800.068
Empréstimos concedidos	-	5.000.000
	<u>1.419.157</u>	<u>6.800.068</u>

Os activos disponíveis para venda apresentam a seguinte decomposição:

	2010	2009
Acções		
- Cotadas	2.564.970	1.593.314
- Não cotadas	-	-
Obrigações		
- Cotadas	19.462.668	19.807.980
- Não cotadas	-	-
Unidades de participação		
- Cotadas	458.337	2.302.362
- Não cotadas	759.072	829.855
	<u>23.245.047</u>	<u>24.533.511</u>

Os métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos encontram-se descritos na nota 3.

Os activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

A informação qualitativa e quantitativa do risco de activos e passivos financeiros pode ser analisada em detalhe na nota 4.

O empréstimo efectuado à subsidiária Ponte Alta em 2009 no valor de 5.000.000,00 euros foi convertido em "prestações suplementares" no valor de 4.000.000,00 euros após a amortização de 1.000.000,00 euros, encontrando-se por isso apresentado em Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

7. Investimentos em filiais e associadas

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França (ver nota 25).

Na apresentação das contas individuais da Companhia, os investimentos financeiros nas filiais encontram-se valorizados ao seu custo de aquisição. A Companhia optou por valorizar estes investimentos ao custo de aquisição, perante a inexistência de um preço cotado num mercado activo.

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Entidade	2010					2009		
	Percentagem de participação	Capitais próprios	Resultado do Exercício	Custo de aquisição	Valor de balanço da filial	Valor de balanço	Capitais Próprios	Resultado do Exercício
Europ Assistance.Serviços de Assistência Personalizados, S.A	99,9%	392.662	102.022	249.750	2.489.004	2.258.397	535.640	124.949
Ponte Alta-Consultoria e Assistência, Sociedade Unipessoal,Lda	100%	3.876.629	992.672	400.000	7.980.532	7.967.101	2.883.957	1.103.476
Prestações Suplementares concedidas à Ponte Alta (ver nota 6)	-	-	-	4.000.000	-	-	-	-
		4.269.290	1.094.693	4.649.750	10.469.536	10.225.498	3.419.597	1.228.425

Através das suas filiais Ponte Alta, Lda e Primeira Cruz, Lda a Companhia detém participações em subsidiárias na Argentina e Macau, numa associada no Chile e num empreendimento conjunto no Brasil.

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

	2010	2009
Numerário	5.795	5.563
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2.023.507	1.076.825
Equivalentes a caixa	-	-
Outras disponibilidades	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	2.029.301	1.082.388

Ver demonstração de fluxos de caixa na nota 30.

10. Outros activos fixos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um

dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do activo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de activos.

O movimento ocorrido no saldo dos activos tangíveis foi o seguinte:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos	Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições			Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	525.973	355.868	32.262	-	-	45.909	-	156.458
Máquinas e ferramentas	336.360	195.511	1.516	-	-	30.636	-	111.728
Equipamento informático	854.401	621.384	38.325	-	-	132.456	-	138.885
Instalações interiores	528.667	366.045	145.954	-	-	42.994	-	265.582
Material de transporte	160.216	126.800	-	-	119.331	-	85.916	-
Equipamento hospitalar	20.597	20.597	4.284	-	-	857	-	3.427
Outras imobilizações corpóreas	283.862	55.680	3.000	-	-	3.459	-	227.723
Despesas em edifícios arrendados	1.469.631	1.005.921	114.715	-	-	165.937	-	412.489
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.179.706	2.747.807	340.056	-	119.331	422.249	85.916	1.316.291

11. Afecção dos investimentos e outros activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respectiva afectação:

Rubricas	2010		
	Seguro não Vida		
	Afectos	Livres	Total
Investimentos em empresas do grupo e associadas	-	4.649.750	4.649.750
Outros investimentos financeiros	26.693.506	-	26.693.506
Outros Activos	957.195	7.784.057	8.741.251
	27.650.701	12.433.807	40.084.508

Rubricas	2009		
	Seguro não Vida		
	Afectos	Livres	Total
Investimentos em empresas do grupo e associadas	-	649.750	649.750
Outros investimentos financeiros	28.540.668	5.000.000	33.540.668
Outros Activos	827.772	6.675.803	7.503.575
	29.368.440	12.325.553	41.693.993

12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos	Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições			Reforço	Regularizações	
Despesas de constituição e instalação								-
Despesas de investigação e desenvolvimento								-
Despesas com Aplicações Informáticas	918.443	807.515	276.153			169.110		217.971
Trespases								-
Outras imobilizações incorpóreas								-
Imobilizações em curso								-
Adiantamentos por conta								-
Total	918.443	807.515	276.153	-	-	169.110	-	217.971

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do activo

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o movimento nas rubricas de provisões foi o seguinte:

	2010				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar	80.411	19.822			100.232
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	126.884	6.175			133.059
Provisão para outros riscos e encargos	719.348			507.418	211.930
	<u>926.643</u>	<u>25.997</u>	<u>-</u>	<u>507.418</u>	<u>445.222</u>

	2009				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar	108.728		28.317		80.411
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	120.661	6.223			126.884
Provisão para outros riscos e encargos	569.348	150.000			719.348
	<u>798.736</u>	<u>156.223</u>	<u>28.317</u>	<u>-</u>	<u>926.643</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a “Provisão para outros riscos e encargos” destina-se a fazer face a contingências decorrentes da actividade da Companhia.

É expectável que o exfluxo de capital desta provisão ocorra durante o ano de 2011.

14. Prémios de contratos de seguro

Os prémios brutos de resseguro aceite tiveram um aumento de cerca de 25% devido a dois novos contratos e à entrada de carteira de um deles. O decréscimo do resseguro cedido devido ao cancelamento do contrato com a TSM.

A composição desta rubrica da demonstração de ganhos e perdas é a seguinte:

Ramo técnico	2010			
	Seguro directo	Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
ACIDENTES E DOENÇA	861	-	-	861
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	262	-	-	262
PROTECÇÃO JURÍDICA	4.440	970.532	-	974.972
ASSISTÊNCIA	4.834.424	34.608.384	-	39.442.808
DIVERSOS	1.124.329	-	(487.296)	637.032
	<u>5.964.316</u>	<u>35.578.916</u>	<u>(487.296)</u>	<u>41.055.935</u>
Provisão para prémios não adquiridos(variação)	139.890	(2.306.236)	117.181	(2.049.166)
	<u>6.104.205</u>	<u>33.272.679</u>	<u>(370.116)</u>	<u>39.006.769</u>

Ramo técnico	2009			
	Seguro directo	Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.784	1.166.162	-	1.167.946
ASSISTÊNCIA	4.864.873	27.995.340	(315.868)	32.544.344
DIVERSOS	1.069.764	-	(498.171)	571.593
	<u>5.936.421</u>	<u>29.161.502</u>	<u>(814.040)</u>	<u>34.283.883</u>
Provisão para prémios não adquiridos(variação)	(397.232)	(3.344.582)	63.936	(3.677.878)
	<u>5.539.189</u>	<u>25.816.920</u>	<u>(750.104)</u>	<u>30.606.005</u>

16. Rendimentos / réditos de investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento dos réditos relacionados com investimentos encontram-se descritas na nota 3.

Os rendimentos dos títulos de dívida são especializados em função do período decorrido até 31 de Dezembro de cada ano.

A decomposição dos rendimentos de investimentos é a seguinte:

	2010	2009
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Dividendos	244.755	-
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos	62.497	44.645
Juros	605.307	727.792
Empréstimos e contas a receber		
Juros	42.369	49.285
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem		
Juros	105.125	23.943
	<u>1.060.052</u>	<u>845.666</u>

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

A decomposição dos ganhos realizados em investimentos é a seguinte:

	2010	2009
Investimentos afectos a provisões técnicas		
Activos financeiros rec.justo valor através de ganhos e perdas		
Acções e outros títulos de rendimento variável		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2.399	31.591
Activos financeiros disponíveis para venda		
Acções e outros títulos de rendimento variável	74.473	(141.936)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	187.055	786.423
Investimentos não afectos a provisões técnicas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
	<u>263.927</u>	<u>676.078</u>

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

As mais e menos-valias no exercício de 2010 e o correspondente impacto na "Reserva de reavaliação de justo valor" e em resultados foram as seguintes:

	2010		
	Mais-valias	Menos-valias	Valor líquido
Investimentos afectos			
Activos disponíveis para venda			
Acções e outros títulos de rendimento variável	244.069	(169.596)	74.473
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	521.000	(333.944)	187.055
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	11.257	(8.858)	2.399
Investimentos não afectos			
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-
Total	<u>776.325</u>	<u>(512.398)</u>	<u>263.927</u>

As mais e menos-valias no exercício de 2009 e o correspondente impacto na “Reserva de reavaliação de justo valor” e em resultados foram as seguintes:

	2009		
	Mais-valias	Menos-valias	Valor líquido
Investimentos afectos			
Activos disponíveis para venda			
Acções e outros títulos de rendimento variável	269.978	(78.913)	191.065
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	469.706	(170.099)	299.607
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	83.960	(884)	83.077
Investimentos não afectos			
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-
Total	823.644	(249.895)	573.749

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

As conversões para euros das transacções em moeda estrangeira são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Em 2010 a Companhia teve uma perda de 21.162 euros em diferenças de câmbio. Em 2009 teve um ganho de 12.913 euros.

20. Custos de Financiamento

Em 2010 a Companhia pagou de dividendos aos seus accionistas 1.645.000 euros (1.400.000 euros em 2009).

21. Gastos diversos por função e natureza

A natureza dos custos imputados às funções apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Custos com o pessoal (Nota 22)	7.473.767	6.012.760
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	540.272	372.143
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	522.916	500.781
Aluguer de circuitos telefónicos		
Outras rendas e alugueres	232.455	195.505
Comunicações	536.380	564.219
Conservação e reparação	467.507	283.498
Publicidade e propaganda	664.130	713.837
Deslocações, estadas e despesas de representação	559.509	657.087
Electricidade	85.612	89.167
Avenças e honorários	68.865	84.974
Seguros	76.802	68.358
Limpeza, higiene e conforto	70.180	66.184
Royalties e management fees	855.346	647.954
Outros	173.745	157.001
	4.853.718	4.400.708
Impostos e taxas	27.030	16.483
Amortizações do exercício:		
Imobilizações incorpóreas (Nota 12)	169.110	83.558
Imobilizações corpóreas (Nota 10)	422.249	438.331
	591.359	521.889
Comissões de administração de valores	47.761	126.721
	12.993.635	11.078.561

No final do exercício, estes custos foram imputados da seguinte forma:

	2010		2009	
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Total
Custos de aquisição	2.428.117		2.428.117	2.433.155
Custos administrativos	3.809.259		3.809.259	3.312.877
Custos gestão dos investimentos	47.761		47.761	126.721
Custos com sinistros	6.708.498		6.708.498	5.205.808
	12.993.635	-	12.993.635	11.078.561

22. Gastos com pessoal

Durante os exercícios de 2010 e de 2009 a Companhia teve, em média, 215 e 165 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2010	2009
Directores e responsáveis de departamento	8	8
Administrativos	207	157

Nos exercícios de 2010 e de 2009, a composição dos custos com o pessoal é a seguinte:

	2010	2009
Remunerações		
- dos órgãos sociais	1.052.520	1.066.610
- do pessoal	4.642.933	3.535.260
Encargos sobre remunerações	1.096.722	830.101
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	125.204	96.516
- Planos de benefícios definidos	46.195	(31.222)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados		
Benefícios de cessação de emprego		
Seguros obrigatórios	416.366	339.486
Gastos de acção pessoal		
Outros gastos com pessoal	93.826	176.008
	<u>7.473.767</u>	<u>6.012.760</u>

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1. Plano de contribuição definida

A companhia subscreveu em 2007 um plano de contribuição definida para os colaboradores não incluídos no plano de benefício definido (ver nota 23.2) gerido pela ESAF- Espírito Santo Fundo de Pensões. A contribuição é definida em função da idade do participante. A contribuição para este plano foi de 125.204 euros (96.516 euros em 2009).

A quantia dos activos deste plano é de 376.494 euros em 2010 (249.218 em 2009), sendo a rentabilidade efectiva dos activos que constituem o plano de - 0.15% (11,51% em 2009).

23.2. Plano de benefício definido

Face às responsabilidades assumidas pela Companhia no âmbito do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, foi constituído um Fundo de Pensões CCT, que se destina a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência por serviços passados do pessoal no activo admitido até 22 de Junho de 1995 (data de entrada em vigor do CTT).

O plano de pensões existente na Companhia corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço no sector e retribuição.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF- Espírito Santo Fundo de Pensões.

De acordo com os estudos actuariais efectuados pela ESAF- Espírito Santo Fundo de Pensões em 2009, as responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo admitido até 22 de Junho de 1995 (data de entrada em vigor do novo contrato colectivo de trabalho), relativas a complementos de pensões de reforma, calculadas com referência a 31 de Dezembro de 2010, ascendiam a 1.948.251 Euros. Estas responsabilidades referem-se a 15 colaboradores.

A Companhia reconhece os ganhos e perdas actuariais em Capitais Próprios.

As responsabilidades foram calculadas com base no método "Unidade de Crédito Projectado", utilizando as seguintes hipóteses de cálculo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
- Tábua de mortalidade	GKF/95	GKF/95
- Taxa de rendimento do Fundo	5%	5%
- Taxa técnica de juro	5%	5%
- Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,5%
- Taxa de crescimento salarial	3.0%	3.75%

A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego é decomposta como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Valor actual da responsabilidade por serviços passados	1.948.251	1.075.060	1.075.647	1.286.932
Valor actual dos benefícios em pagamento	-	-	-	-
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	<u>1.948.251</u>	<u>1.075.060</u>	<u>1.075.647</u>	<u>1.286.932</u>

A Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos é como segue:

	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades em 1 de Janeiro	1.075.060	1.075.647	1.286.932	1.174.068
Custo do serviço corrente	66.348	70.538	104.298	84.246
Custo dos juros	53.753	53.782	64.347	35.222
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	753.089	(124.907)	(379.930)	(6.604)
Benefícios pagos pela Companhia	-	-	-	-
Custo corrigido dos serviços passados	-	-	-	-
Cortes e liquidações	-	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	<u>1.948.251</u>	<u>1.075.060</u>	<u>1.075.647</u>	<u>1.286.932</u>

A obrigação de benefícios definidos, a qual em 31 de Dezembro de 2010 ascende a 1.948.251 euros, encontra-se financiada por um Fundo de Pensões no valor de 1.948.251 euros, o que representa um nível de financiamento de 100%.

A Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos activos do plano e dos saldos de abertura e de fecho é como segue:

	2010	2009	2008	2007
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	1.481.156	1.255.971	1.298.230	1.182.214
Retorno esperado dos activos do plano	73.906	155.542	66.570	57.832
(Ganhos) e perdas actuariais	(64.948)	69.643	(176.007)	(13.241)
Contribuições do empregador	458.137	-	67.178	71.425
Contribuições de participantes no plano	-	-	-	-
Benefícios pagos pela Companhia	-	-	-	-
Cortes e liquidações	-	-	-	-
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	<u>1.948.251</u>	<u>1.481.156</u>	<u>1.255.971</u>	<u>1.298.230</u>

O impacto em ganhos e perdas decorrente do plano de benefícios definidos é decomposto como segue:

	2010	2009	2008	2007
Custo de serviços correntes	66.348	70.538	104.298	84.246
Custo corrigido de serviços passados	-	-	-	-
Custo de juros	53.753	53.782	64.347	35.222
Retorno esperado dos activos do plano e de eventuais direitos de reembolso	(73.906)	(155.542)	(66.570)	(57.832)
Ganhos e perdas actuariais	-	-	-	-
Ganhos ou perdas decorrentes de cortes ou liquidações do plano	-	-	-	-
Efeito do limite estabelecido na IAS 19	-	-	169.026	-
Total de impactos no Ganhos e Perdas	<u>46.195</u>	<u>(31.222)</u>	<u>271.100</u>	<u>61.636</u>

Percentagem de activos que constituem o plano:

	31.12.2010	31.12.2009
	%	%
Títulos rendimento variável	43,1	55,2
Títulos rendimento fixo	32,3	30,7
Terrenos e edifícios	4,1	5,1
Outros	20,5	8,9
Total dos activos do Fundo	100	100

A rentabilidade efectiva dos activos que constituem o plano foi de - 0,15% (11,51% em 2009).

De acordo com os cálculos actuariais a perspectiva de contribuição para 2011 é de 108.195 euros.

Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos activos do plano com os activos e passivos reconhecidos no balanço

	2010	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	1.948.251	1.075.060	1.075.647
Justo valor dos activos do plano	1.948.251	1.481.156	1.255.971
Défice/(excedente) do plano	-	-406.096	-180.324
Valor reconhecido no Activo/(Passivo)	-	406.096	-
Efeito do limite estabelecido na IAS 19	-	-	169.026
Efeito do limite estabelecido na IAS 19 - acumulado 2007	-	-	11.298

Efeito do exercício

	2010	2009	2008
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	-753.090	124.907	379.929
Ajustamentos de experiência resultantes dos activos do plano	-64.948	69.643	-176.007
	-818.038	194.550	203.922

Efeito acumulado

	2010	2009	2008
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	-241.649	511.441	386.534
Ajustamentos de experiência resultantes dos activos do plano	-184.554	-119.606	-189.249
	-426.203	391.835	197.285

24. Imposto sobre o rendimento

24.1.Principais componentes de impostos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foi apurado um valor estimado de imposto de 649.027 Euros.

No exercício corrente, foi ajustado o valor de 27.546 Euros em resultados, decorrente de uma insuficiência de estimativa do ano anterior.

Foi também calculado um montante de imposto diferido no valor de 236.463 Euros.
O imposto sobre os lucros estimado para 2010, desagrega-se da seguinte forma:

	2010	2009
Imposto do exercício	649.027	607.464
Imposto diferido	236.463	88.154
Impostos sobre lucros	<u>885.490</u>	<u>695.619</u>

24.2. Imposto diferido em capitais próprios

Impostos diferidos activos	194.616
Reserva de reavaliação de investimentos	81.672
Outras reservas	112.944

24.3. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

Resultado antes de imposto	2.360.808
Taxa nominal (25%) + Derrama (1,5%)	625.614
Imposto sobre o rendimento	885.489
Corrente	649.027
Diferido	236.462
Taxa efectiva	37,5%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	-259.875
Tributação autónoma	195.717
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	134.465
Benefícios pós-emprego	92.986
Benefícios fiscais e outros ajustes	-98.578
Dividendos pagos por filiais	-64.860
Outras diferenças permanentes	145

24.7. Activos e Passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço

	2010	Impacto em G&P	2009	Impacto em G&P
Impostos diferidos activos				
Provisões não aceites fiscalmente	56.162	-134.465	190.627	111.127
Perdas de imparidade de activos financeiros			-	-46.481
Provisão para prémios de desempenho	70.855	7.168	63.687	-81.766
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	81.672		-	-
Ganhos actuariais (IAS 19) - Reserva	112.944		-	-
Ganhos actuariais (IAS 19) - Resultado	-112.944	-112.944	-	-
Menos valias não realizadas não aceites fiscalmente			-	-67.156
Total	208.689	-240.242	254.315	-84.275
Impostos diferidos passivos				
Valias potenciais do activos financeiros em carteira			130.028	-
Ganhos actuariais (IAS 19)	-		103.836	-
Outros	-	3.779	3.779	-3.878
Total	-	3.779	237.644	-3.878
Impacto total em Ganhos e Perdas		-236.462		-88.154

25. Capital

25.1. Indicação dos objectivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de acções e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas, não representadas pela provisões técnicas.

A Companhia fechou o exercício de 2010 com um montante de Capitais próprios de 13,3 milhões de euros, valor que é inferior ao valor registado em 2009, em 1,3 milhões de euros.

Esta evolução negativa é explicada pela perda de 0,8 milhões de euros na Reserva de Reavaliação e pelas perdas actuariais do fundo de pensões em 0,8 milhões de euros.

A Companhia apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da actividade, que se cifra em 156% em 31 de Dezembro de 2010 (206,7% em 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 nominativas, da seguinte forma:

Entidade	Número de acções		% Capital Social
	2010	2009	
Europ Assistance Holding (França)	794.991	794.991	53%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	360.000	360.000	24%
Banco Espírito Santo, S.A	345.000	345.000	23%
Outros	9	9	0%
	<u>1.500.000</u>	<u>1.500.000</u>	<u>100%</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de acções nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 Euros cada.

26. Reservas

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Outras Reservas - Reserva de ganhos e perdas actuariais

Esta reserva constituída no exercício de 2009 inclui os ganhos e perdas actuariais do plano de benefícios definido descrito na nota 23.2.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. É igualmente registado em capitais próprios o imposto diferido decorrente dos ganhos e perdas actuariais do plano de benefício definido.

27. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos e diluídos são os seguintes:

	2010	2009
Resultado líquido	1.475.318	1.880.805
Número de acções	1.500.000	1.500.000
Resultado por acção	1,0	1,3

28. Dividendos por acção

A Assembleia-Geral de 30 de Março de 2010 deliberou a seguinte aplicação do resultado líquido de 2009:

Reserva Legal	188.080,53 Euros
Dividendos	1.645.000,00 Euros
Resultados Transitados	47.724,79 Euros

O valor distribuído por acção corresponde a 1,1 euros por acção.

O Conselho de Administração propôs a seguinte aplicação do resultado líquido de 2010:

Reserva Legal	147.531,84 Euros
Dividendos	1.300.000,00 Euros
Resultados Transitados	27.786,51 Euros

O valor proposto por acção corresponde a 0,9 euros por acção.

29. Transacções entre partes relacionadas

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França.

A Companhia realizou em 2010 as seguintes operações com empresas relacionadas:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	CUSTO	PROVEITO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	(33.580)	487.296	200.028
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	123.762	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	585.277	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTACÇÕES ACESSÓRIAS	(2.385.000)	-	-
BANCO ESPÍRITO SANTO,S,A	PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO	-	-	1.039.854
BANCO ESPÍRITO SANTO,S,A	PRESTACÇÕES ACESSÓRIAS	(1.035.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S,A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	634.936	-	11.483.729
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S,A	PRESTACÇÕES ACESSÓRIAS	(1.080.000)	-	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS,S,A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA,LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA,LDA	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	4.000.000	-	-
Progridior, SA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-	479.885	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S,A	GESTÃO DE ACTIVOS	(485.307)	47.761	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S,A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	125.204	-

A Companhia realizou em 2009 as seguintes operações com empresas relacionadas:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	CUSTO	PROVEITO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	(15.515)	524.040	280.283
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	86.834	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	453.128	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTACÇÕES ACESSÓRIAS	(2.385.000)	-	-
BANCO ESPÍRITO SANTO,S,A	PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO	-	-	952.795
BANCO ESPÍRITO SANTO,S,A	PRESTACÇÕES ACESSÓRIAS	(1.035.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S,A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	849.033	-	10.256.172
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S,A	PRESTACÇÕES ACESSÓRIAS	(1.080.000)	-	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS,S,A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA,LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA,LDA	EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO	5.000.000	-	-
Progridior, SA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-	477.453	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S,A	GESTÃO DE ACTIVOS	(94.172)	126.721	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S,A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	96.516	-

O Conselho de Administração é composto por 7 elementos, dos quais 3 com funções executivas. No exercício de 2010 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 1.041.520 euros (1.066.610 euros em 2009). Os Administradores executivos Manrico Iachia, Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga e João Carlos Nunes Fervença da Silva auferiram remunerações no montante de 422.340 euros, 289.850 euros e 329.350 euros, respectivamente (2009: 454.420 euros, 288.880 euros e 323.310 euros, respectivamente). A Companhia incorreu ainda em custos com o Conselho de Administração relativos a outros Benefícios de Curto Prazo no

montante de 101.425 euros (98.310 euros em 2009) e a Benefícios Pós-emprego (Fundo de Pensões) no montante de 109.612 euros (57.764 euros em 2009).

O Revisor Oficial de Contas auferiu a remuneração de 33.000 euros (31.355 euros em 2009) para efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP. O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2010.

30. Demonstração de fluxos de caixa

MÉTODO DIRECTO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<i>Actividade Operacional</i>		
Prémios de seguro directo recebidos	5.475.588	6.146.647
Prémios de resseguro aceite	35.882.649	27.685.682
Prémios de resseguro cedido pagos	(469.231)	(1.653.375)
Participação nos resultados paga	(48.992)	(31.104)
Sinistros de seguro directo pagos	(25.474.542)	(18.025.431)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	200.028	331.576
Pagamentos ao pessoal	(7.624.467)	(6.152.070)
Pagamentos a fornecedores	(6.176.033)	(4.130.387)
Outros fluxos de caixa operacionais	(573.130)	(187.588)
Dividendos recebidos	62.497	44.645
Juros recebidos	704.855	769.638
Ganhos / Perdas realizadas de investimentos	263.927	874.337
Aquisição / Alienação de investimentos		
Títulos de rendimento variável	650.711	(520.567)
Títulos de rendimento fixo	(598.365)	(3.855.765)
Impostos sobre o rendimento pagos	(351.004)	(962.446)
<i>Fluxos das Actividades Operacionais</i>	<u>1.924.490</u>	<u>333.793</u>
<i>Actividades Investimento</i>		
Dividendos recebidos de subsidiárias	244.755	0
Aquisição de imobilizado	(616.209)	(540.582)
Alienação de imobilizado	39.000	9.073
Empréstimos concedidos a filiais	0	(5.000.000)
Empréstimos pagos por filiais	1.000.000	1.000.000
<i>Fluxos das Actividades de Investimento</i>	<u>667.546</u>	<u>(4.531.509)</u>
<i>Actividades Financiamento</i>		
Recebimento de Prestação Suplementar	0	4.500.000
Dividendos pagos a accionistas	(1.644.990)	(1.399.992)
<i>Fluxo das Actividades de Financiamento</i>	<u>(1.644.990)</u>	<u>3.100.008</u>
<i>Variação de Caixa e Equivalentes</i>	947.045	(1.097.708)
<i>Efeito das Diferenças de Câmbio</i>	0	0
<i>Caixa e Equivalentes no Início</i>	1.082.388	2.180.096
<i>Caixa e Equivalentes no Fim</i>	2.029.433	1.082.388
<i>Variação no Período</i>	947.045	(1.097.708)

31. Compromissos

31.2. Descrição geral dos acordos de locação significativos do locatário incluindo:

a) A base pela qual é determinada a renda contingente a pagar;

A Companhia tem em regime de aluguer operacional automóveis e equipamento informático.

Os valores base dos contratos são, respectivamente de Euros 716.589 para a Locarent e de Euros 293.582 para a HP Finance.

	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	716.589	128.153	318.241
Equipamento Informático	293.582	73.174	146.357
Total	1.010.171	201.328	464.598

37. Outras informações

37.2. Acréscimos e Diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 2010 e 2009 decompõe-se da seguinte forma:

	2010	2009
Acréscimo e diferimentos activos		
Gastos diferidos com rendas	21.475	16.308
Gastos diferidos com seguros	18.900	17.917
Outros gastos diferidos	41.997	62.755
Outros rendimentos diferidos	124.718	-
Total	207.089	96.980
Acréscimo e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações	1.256.432	1.050.487
Receita antecipada diferida	397.775	15.106
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados	301.257	535.251
Outros proveitos diferidos	4.010	5.359
Total	1.959.473	1.606.203

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Valores em euros

		Anexo 1						
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
921 074 194 651 971 052 990 451	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Títulos Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	E.A.-Serviços de Assistência Personalizados,S.A.	49.950	5	100%	5	249.750	5	249.750
	Ponte Alta-Comércio e Consultoria(Sociedade Unipessoal),Lda	-	400.000	100%	400.000	400.000	400.000	400.000
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	49.950				649.750		649.750
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12- Outros títulos em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	49.950				649.750		649.750
	sub-total							
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12- Outros títulos em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total							
	total	49.950				649.750		649.750
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
PTBESAM0007	B.E.S.C.L.	47.333	5		4	203.156	3	136.319
PTBRI0AM0000	BRISA	12.000	5		5	62.441	5	62.628
PTGAL0AM0009	GALP	5.000	5		15	72.660	14	71.700
PTEDP0AM0009	EDP	37.000	5		3	96.145	2	92.167
	sub-total	101.333				434.402		362.814
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0				0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	ES-Mercados Emergentes	34.787	5		7	250.000	8	277.433
PTYESOLM0001	ES-Brasil	30.351	5		6	183.000	6	180.904
PTYES1LM0005		65.139				433.000		458.337
	sub-total							
	2.1.1.4 - Outros							
	sub-total	0				0		0
	sub-total	166.472				867.402		821.151
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE3OE0017		1.250.000	1		1	1.251.250		1.136.084
	sub-total	1.250.000				1.251.250		1.136.084
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	0				0		0
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTTRVBOE0000	TRANQUILIDADE-VIDA PERP 02/49	643.000	1		1	647.099	1	560.165
PTSEMCOE0006	SEMAPA FL 2016	650.000	1		1	645.835	1	650.420
PTBPM9OM0001	BPI FL 17-12	400.000	1		1	294.520	1	301.083
PTCMHXOM0006	MONTEPIO GERAL FL 2013	400.000	1		1	315.560	1	316.703
PTBCT3OM0000	BCPN FL 05/2014	500.000	1		1	460.785	1	379.167
PTBCPUOM0010	BCPPL FL 03/2013	300.000	1		1	296.490	1	244.038
PTBCSKOM0019	BCPPL 2,375 10-01/2012	800.000	1		1	776.535	1	754.776
	sub-total	3.693.000				3.436.824		3.206.353
	sub-total	4.943.000				4.688.074		4.342.436
	total	5.109.472				5.555.476		5.163.588

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
ES0113900J37	B. Santander	2.468	5		10	23.835	8	19.566
FR0000120628	AXA	5.484	5		14	77.422	12	68.276
FR0000120271	Total	2.760			41	114.285	40	109.434
FR0000131104	BNP Paribas	1.720	5		50	85.875	48	81.889
DE0007236101	SIEMENS AG	740			77	56.849	93	68.598
DE0008404005	ALLIANZ, Ag	630			90	56.911	89	56.026
DE0005140008	DEUTSCHE BANK AG	2.140			44	94.660	39	83.674
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL EU	4.000			21	84.469	25	98.920
DE0005785638	FRESENIUS SE	1.750			58	100.886	64	112.123
FR0000130809	SOCIETE GENERALE	2.350			42	99.808	40	94.517
DE000A0WMPJ6	AIXTRON AG	1.590			24	38.311	28	43.892
NL0006034001	ASML HOLDING NV	3.160			24	75.108	29	91.324
GB0007980591	BP Amoco Plc	15.000			6	82.774	5	81.130
GB0009895292	ASTRAZENECA, PLC	3.630			34	124.983	34	123.228
GB0007192106	Vodafone Airtouch Plc	56.800			2	110.346	2	109.410
GB0005405286	HSCB Holdings	9.080			8	72.859	8	68.684
GB0007188757	RIO TINTO,PLC	2.110			51	108.454	52	109.980
GB0031348658	BARCLAYS PLC	36.150			3	123.833	3	109.888
GB0008847096	TESCO,PLC	13.770			5	68.995	5	67.990
GB0004835483	SABMILLER PLC	2.610			24	62.615	26	68.422
GB0007099541	PRUDENTIAL,PLC	7.040			7	52.070	8	54.635
GB0008706128	LLOYDS BANK	87.990			1	72.410	1	67.162
CH0012005267	NOVARTIS AG	3.000			36	108.860	44	131.838
CH0012221716	ABB LTD	4.110			15	62.433	17	68.467
CH0038863350	NESTLE SA	1.209			29	34.813	44	52.937
CH0012138530	CREDIT SUISSE	2.750			36	98.888	30	82.847
NO0010063308	TELENOR ASA	6.360			10	63.870	12	77.298
	sub-total	280.401				2.156.622		2.202.156
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0				0		0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0296922973	Nova Energia Sicar	11	50.000		53.719	576.405	70.743	759.072
	sub-total	11				576.405		759.072
	2.2.1.4 - Outros							
	sub-total	0				0		0
	sub-total	280.412				2.733.027		2.961.228
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
DE0001135374	DBR 3,75 08-01/2019	1.000.000	1		1	1.047.399	1	1.108.589
FR0010216481	FRTR 3 04-10/2015	1.800.000	1		1	1.813.548	1	1.872.912
	sub-total	2.800.000				2.860.947		2.981.501
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
US500769DY72	KFW 1,375 10-07/2013	310.000	1		1	245.973	1	234.794
US298785ER30	EIB 4,25 08-07/2013	1.700.000	1		1	1.370.154	1	1.394.630
XS0518184667	EIB 2,625 10-06/2018	400.000	1		1	397.128	1	394.536
	sub-total	2.410.000				2.013.254		2.023.960
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0147275829	ESPSAN 6,625 02-05/2049	200.000	1		1	197.000	1	130.923
XS0208463306	BANIF FIN 12/14	260.000	1		1	176.826	1	174.233
XS0267516911	INTNED FL 09/13	500.000	1		1	429.000	1	474.121
XS0431301703	ESF 4,5 09-05/11	300.000	1		1	298.857	1	298.483
XS0302633598	MERRILL LYNCH 05/14	350.000	1		1	296.275	1	323.445
FR0010479527	KNFP FL 07/17	750.000	1		1	621.495	1	683.028
XS0220938350	INTNED 05-05/11	230.000	1		1	218.385	1	223.744
XS0156924051	HBOS 5,5 02-10/12	330.000	1		1	330.594	1	332.329
XS0303583412	GAZPRU 5,364 07-10/14	250.000	1		1	245.000	1	263.591
XS0221082125	ABN AMRO FL 06/15	600.000	1		1	511.335	1	478.957
XS0221514879	FBNETH FL 15	390.000	1		1	358.995	1	342.220
XS0174443449	BPI CAP FIN FL 49	618.000	1		0	296.702	0	298.825
XS0495891821	BAC 4,75 10-04/2017	400.000	1		1	398.016	1	400.260
XS0494870701	WSTP 3,875 10-03/2017	500.000	1		1	497.300	1	516.376
XS0465601754	CBA 4,25 09-11/2016	500.000	1		1	517.600	1	526.436
XS0494996043	GS 4,375 10-03/2017	300.000	1		1	299.176	1	302.472
FR0010913178	EDF 3,875 10-06/2022	250.000	1		1	247.930	1	245.493
XS0519459134	RENAULT 4 10-07/2013	200.000	1		1	199.480	1	208.684
XS0267063435	ABN AMRO FL 09/16	688.000	1		1	617.200	1	582.742
XS0532183935	NBHSS 2,75 10-08/2015	400.000	1		1	398.912	1	400.427
XS0541454467	GE 2,875 10-09/2015	367.000	1		1	365.554	1	366.448
XS0544714750	CCE 3,125 10-09/2017	200.000	1		1	199.382	1	195.953
XS0552375577	TELECO 3,625 10-03/2021	200.000	1		1	198.064	1	190.280
XS0557312922	THAMES 3,25 10-11/2016	248.000	1		1	247.787	1	245.542
XS0490027348	POHBK FL 02/2013	550.000	1		1	552.090	1	551.613
XS0559641146	MTNA 4,625 10-11/2017	222.000	1		1	220.484	1	223.542
DE0001397081	DPB FL 11/15	310.000	1		1	286.285	1	281.325
XS0563159184	CITIGROUP 4 10-11/2015	375.000	1		1	372.971	1	372.436
XS0569301327	TLMP 5,125 10-12/2017	498.000	1		1	492.163	1	480.844
	sub-total	10.986.000				10.090.858		10.114.771
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total	0				0		0
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total	0				0		0
	sub-total	16.196.000				14.965.059		15.120.232
	sub-total	16.476.412				17.698.086		18.081.460
	total	21.635.834				23.903.312		23.894.797
	3 - TOTAL GERAL							

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros				
Anexo 2				
RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 ** (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	0	0	0	0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	0	0	0	0
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	0	0	0	0
AUTOMÓVEL	0	0	0	0
-RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0
-OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	0	0	0	0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	254.214	159.460	150.688	55.934
ASSISTÊNCIA	6.080.620	3.815.184	335.037	-1.930.398
DIVERSOS	10.655	10.679	0	24
TOTAL	6.345.489	3.985.323	485.725	-1.874.440
TOTAL GERAL	6.345.489	3.985.323	485.725	-1.874.440

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

** Este valor não inclui a Provisão para custo de gestão de sinistros no montante de 494.920 euros

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Valores em euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Anexo 3			
	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	0	0	0	0
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	0	0	0	0
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0
- OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	0	0	0	0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	0	0	0	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	2.638.388	1.001.186	29.138	3.668.711
DIVERSOS	280.362	5.089	65.722	351.173
TOTAL	2.918.750	1.006.275	94.859	4.019.884
RESSEGURO ACEITE	22.555.792	5.702.223	-1.257.820	27.000.195
TOTAL GERAL	25.474.542	6.708.498	-1.162.960	31.020.079

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Valores em euros

Anexo 4

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	861	861	0	152	0
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	0	0	0	0	0
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	0	0	0	0	0
- OUTRAS COBERTURAS	0	0	0	0	0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	0	0	0	0	0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	262	262	0	43	0
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	4.440	3.701	0	1.044	0
ASSISTÊNCIA	4.834.424	5.545.887	3.668.711	1.047.336	-134.675
DIVERSOS	1.124.329	553.494	351.173	30.377	-23.172
TOTAL	5.964.316	6.104.205	4.019.884	1.078.953	-157.846
RESSEGURO ACEITE	35.578.916	33.272.679	27.000.195	5.584.062	0
TOTAL GERAL	41.543.231	39.376.885	31.020.079	6.663.015	-157.846

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

***EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA
PORTUGUESA DE SEGUROS, SA***
Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2010

Certificação Legal das Contas Individuais

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, SA, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de €40.084.508 e um total de capital próprio de €13.285.703, incluindo um resultado líquido de €1.475.318), a conta de ganhos e perdas, a demonstração de rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações, o seu rendimento integral e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 6077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, SA em 31 de Dezembro de 2010, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações, o seu rendimento integral e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

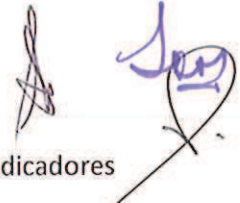
Exmos. Senhores Accionistas da

EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

Em conformidade com a legislação em vigor, e no cumprimento do mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e os documentos de prestação de contas consolidadas, os quais compreendem o Balanço Consolidado, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio os correspondentes Anexos, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, EA), referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. Assim, o Conselho Fiscal dá cumprimento às disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420º, do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções, acompanhou, ao longo do exercício, desde a data em que foi nomeado, a actividade e os negócios da Sociedade, bem como os das suas principais participadas, através da apreciação dos documentos contabilísticos e financeiros, e também da leitura das actas do Conselho de Administração e de outra documentação que achou oportuna e material, contando sempre, com a total colaboração do Conselho de Administração e da Direcção Financeira da EA.

É grato ao Conselho Fiscal, poder comprovar a dedicação e profissionalismo com que são exercidas as actividades de fiscalização e controlo de gestão, bem como o empenho dos profissionais envolvidos, em dar seguimento ao crescimento sustentado que o Grupo vem registando nos últimos anos, apesar de inserida num mercado altamente competitivo e do contexto político-económico desfavorável.



O Relatório Consolidado de Gestão aborda, de uma forma clara, os principais indicadores financeiros da Empresa e das suas participadas, e reporta os principais factos que ocorreram durante o exercício de 2010, contribuindo para uma compreensão nítida da situação actual do Grupo e do ambiente económico-social, no qual o Grupo se insere.

Apesar da conjuntura económica desfavorável, que tem penalizado bastante o sector dos seguros, e do mercado concorrencial muito agressivo, a EA deu seguimento à tendência de crescimento que vinha registando nos últimos exercícios, em todos os mercados onde realiza actividade, tendo os resultados consolidados atingido o montante de € 3.824.000.

No mercado interno, o Grupo EA reforçou a sua quota de mercado com a conquista de clientes de referência. Destacamos a performance da EUROP ASSISTANCE – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA PERSONALIZADOS, S.A., cujo volume de negócios de cerca de € 3.500.000, representa um crescimento de 10%, face ao exercício de 2009.

No mercado externo, destaca-se a actividade desenvolvida pela EABS – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E PARTICIPAÇÕES, S.A., no Brasil, que registou um crescimento superior a 30% do volume de negócios, face ao exercício anterior, atingindo um valor acima dos € 139.000.000 e consolidando a sua posição de liderança no mercado Brasileiro. A situação económica favorável que se vive no Brasil e o crescimento do parceiro estratégico – Bradesco Seguros – estiveram na origem desta *performance* invejável. É ainda de relevar, a continuidade do processo de crescimento registado nos mercados Argentino e Chileno.

No que respeita a perspectivas futuras, o Conselho de Administração antecipa um aumento dos custos para o próximo exercício, o que se deve em boa parte ao aumento da carga fiscal. Sublinhamos a rigorosa política de controlo de custos operacionais e internos que está a ser implementada, para que seja possível manter os níveis de rentabilidade da actividade, o que demonstra o bom planeamento estratégico que é realizado na EA. Apesar disto, as perspectivas futuras, a nível comercial, são bastante positivas.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal analisou também as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas, das quais constam o Balanço Consolidado, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio os correspondentes Anexos. Na análise realizada, o Conselho Fiscal comprovou a aderência dos princípios contabilísticos utilizados na preparação dos supra citados documentos, às Normas Internacionais de Relato Financeiro, e que os mesmos, reportam de forma apropriada, os aspectos materialmente relevantes sobre a posição financeira consolidada.

Da análise ao Relatório Consolidado de Gestão e às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Conselho Fiscal constatou que todos estes documentos obedecem às disposições legais e estatutárias aplicáveis e reportam de forma fidedigna os aspectos mais relevantes que caracterizam a actividade do Grupo, bem como os principais indicadores financeiros. O Conselho Fiscal apreciou, igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas Consolidadas, relativa ao exercício de 2010, datada de 22 de Junho de 2011, emitida sem reservas por PricewaterhouseCoopers e Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Senhor Dr. Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC.

Os documentos de prestação de contas consolidadas, lidos em conjunto com a Certificação Legal sobre as Contas Consolidadas, com cujo conteúdo concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da EA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas, o Conselho Fiscal é de Parecer que sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão, bem como o Balanço Consolidado, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio os correspondentes Anexos apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

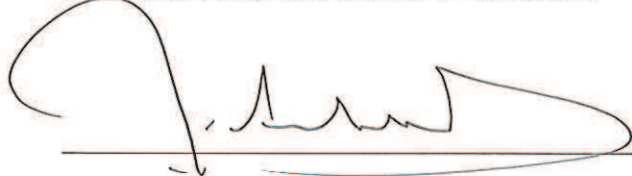
O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração e à Direcção Financeira, pela colaboração que foi prestada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 28 de Junho de 2011

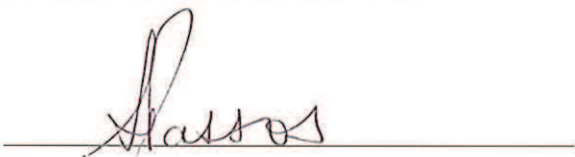
O CONSELHO FISCAL



José Favila Vieira Leite Monteiro - Presidente



João Alberto Monarca Pires – Vogal



Adelaide Odete Santos Botelho Passos - Vogal